

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI – AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

CADERNO DE PROVA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
NOME:
CPF:

NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 01 – ADVOGADO

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta AZUL ou PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre dos envelopes dos cartões resposta, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Tenho uma imensa admiração por eles, os escultores das palavras, quem, com a arte sagrada de materializar a alma, enriquece as outras pessoas sem guardar nada pra si. [...]

Com nossas palavras podemos reivindicar outras relações, outros compromissos, outras soluções. Podemos aceitar acordos comerciais não tão bons para nós, mas que sejam mais justos. Podemos buscar maiores investimentos solidários e menos rendimentos especulativos. Podemos oferecer mais diálogo e menos imposições pela força. Podemos, sobretudo, não nos resignar.

Porque resignar-se é morrer um pouco, é não fazer uso da possibilidade de escolher, é aceitar o silêncio. A palavra, por sua vez, precede a ação, prepara o caminho, abre portas. Hoje devemos mais que nunca usar a voz para romper grilhões. Tenho a profunda convicção de que, quando falamos, estamos modificando o mundo. As grandes transformações de nossa história sempre foram anunciadas antes. Assim chegou o homem à lua, assim caiu o muro de Berlim, assim se acabou com o apartheid. Eu espero que assim desapareça também o terrorismo." (https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/04/internacional/1404491759_639843.html Acessado em 02/09/2019)

01- Sobre o texto é correto afirmar que:

- A. Só a força tem regido todas as relações humanas e não há meio de dissuadir o ser humano disso.
- B. Falar faz as coisas serem diferentes, por isso os países evitam fechar contratos por esse meio.
- C. O trecho afirma que os contratos comerciais seriam menos benéficos se fossem fruto de uma conversa.
- D. A força pode ajudar a resolver todos os problemas comerciais.
- E. Os problemas do mundo devem ser resolvidos pelo poder da palavra.

02- Pela leitura do texto, pode-se concluir que a autora estabeleceu como alvo de seu discurso:

- A. O governo de seu país.
- B. Os grupos terroristas.
- C. Os países desenvolvidos.
- D. Países que estabelecem guerras comerciais.
- E. Grupos envolvidos em lobby internacional.

03- É correto afirmar que a autora do texto, considera que:

- A. O ser humano é fundamentalmente linguístico.
- B. A particularidade do ser humano se deve à força.
- C. O ser humano é essencialmente social, por isso há lugar fora da linguagem para observar-se a existência.
- D. A linguagem não pode criar uma realidade.
- E. Linguagem, ação e força são termos opostos e inconciliáveis entre si.

04- Qual das expressões retiradas do texto está no sentido conotativo?

- A. “imensa admiração”
- B. “reivindicar outras relações”
- C. “que sejam mais justos”
- D. “menos imposições”
- E. “romper grilhões”

ESSA QUE EU HEI DE AMAR...

Essa que eu hei de amar perdidamente um dia será tão loura, e clara, e vagarosa, e bela, que eu pensarei que é o sol que vem, pela janela, trazer luz e calor a essa alma escura e fria.

E quando ela passar, tudo o que eu não sentia da vida há de acordar no coração, que vela... E ela irá como o sol, e eu irei atrás dela como sombra feliz... — Tudo isso eu me dizia,

quando alguém me chamou. Olhei: um vulto louro, e claro, e vagaroso, e belo, na luz de ouro do poente, me dizia adeus, como um sol triste...

E falou-me de longe: "Eu passei a teu lado, mas ias tão perdido em teu sonho dourado, meu pobre sonhador, que nem sequer me viste!" (ALMEIDA, Guilherme de. *Meus versos mais queridos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.)

05- Em qual das alternativas a relação do verso com a figura de linguagem está correta?

- A. “Essa que eu hei de amar perdidamente um dia” – hipérbole
- B. “que eu pensarei que é o sol que vem, pela janela” – metonímia
- C. “E quando ela passar, tudo o que eu não sentia” – metáfora
- D. “trazer luz e calor a essa alma escura e fria” – comparação
- E. “E falou-me de longe: ‘Eu passei a teu lado’” – prosopopeia

06- No texto:

- A. O eu lírico está perdido ao sol, por isso confunde o verdadeiro amor.
- B. A mulher amada é comparada ao sol e os termos ‘loura’, ‘clara’ ilustram isso.
- C. O eu lírico está em delírio e isso explica os pensamentos desconectados da realidade.
- D. A mulher amada na verdade é o sol, que o eu lírico deseja por estar exposto a um ambiente frio.
- E. O eu lírico relata fatos ocorridos num passado remoto e por isso mistura passado e presente.

07- A forma verbal “hei”:

- A. Está no pretérito perfeito.
- B. É impessoal
- C. Está no futuro do presente
- D. Está no presente do subjuntivo
- E. Está no presente do indicativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

08- No verso:

“trazer luz e calor a essa alma escura e fria.”,

Identifica-se:

- A. A comparação explícita.
- B. A inversão de pensamento.
- C. A alteração de eu lírico.
- D. A oposição de ideias.
- E. O exagero estilístico.

09- A última estrofe pode ser considerada:

- A. Uma crítica à idealização do amor.
- B. Uma prova de que o eu lírico está em delírio.
- C. Um recurso metalinguístico.
- D. Uma indicação de que o eu lírico é feminino.
- E. Uma indicação de que o texto é uma prosa poética.

Em 1968, o arqueólogo suíço Erik Von Däniken publicou o livro *Eram os Deuses Astronautas?*, no qual defende que extraterrestres foram responsáveis pela construção das pirâmides egípcias, astecas e maias, das linhas de Nazca e dos moais da Ilha de Páscoa. Para Däniken, esses seres vindos do espaço eram considerados deuses pelos povos antigos que habitavam a Terra – além disso, eles teriam cruzado com espécies primatas para dar origem aos humanos.

Para a maioria dos historiadores, as teorias de Däniken não têm mérito. Ignoram as práticas culturais, religiosas e sociais dos povos antigos, assim como sua capacidade em erguer pirâmides. Que, por colossal que tenha sido o trabalho, são uma ideia óbvia: uma pirâmide é uma pilha de blocos. É estruturalmente mais simples que uma casa com paredes verticais e um teto – como as que eram feitas por esses mesmos povos. Além disso, se extraterrestres tivessem construído esses monumentos (ou visitado a Terra consistentemente), eles certamente teriam deixado para trás qualquer vestígio, como ferramentas e materiais.

(<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/pseudo-historia-7-fatos-nunca-aconteceram.phtml>)

10- É possível afirmar que Erik tem credibilidade devido à:

- A. Sua formação como arqueólogo.
- B. Publicação de mais um livro.
- C. Descoberta das linhas de Nazca.
- D. Adoração dos povos antigos pelos extraterrestres.
- E. Descoberta de espécies primatas fruto do cruzamento com aliens.

11- O texto refuta as crenças de Daniken, quando:

- A. Se observa que o livro foi escrito em 1968, época de tecnologia muito rudimentar.
- B. Pelas descobertas históricas dos povos que revelam que eles já haviam desenvolvido a tecnologia para as construções citadas.
- C. Se comprova que os extraterrestres construíram as pirâmides do Egito utilizando as técnicas do povo local.
- D. Se restringe aos fósseis encontrados.
- E. Cientistas têm uma crença empírica diferente da dele.



(BROWNE, Dik. O melhor de Hagar, o horrível 8. Porto Alegre L & PM, 2018 p. 70)

12- A expressão dos personagens da tirinha pode ser definida pelo sentimento de:

- A. Certeza
- B. Medo
- C. Desalento
- D. Alegria
- E. União

13- O que eles contemplam?

- A. A seca no solo do lugar.
- B. Uma cidade abandonada.
- C. Uma construção em seu início.
- D. A destruição da casa deles.
- E. As ruínas do castelo que procuravam.

14- O que provoca humor na tira?

- A. A tentativa da personagem de encontrar um aspecto positivo no que vê.
- B. A ignorância do grupo ao imaginar que encontraria um local próspero.
- C. A expressão de tristeza patética nas personagens.
- D. O desejo dos personagens de levar uma vida abundante.
- E. A quantidade de pessoas que queriam viver no local.

15- A oração “como a gente estava dizendo no outro dia”:

- A. Introduce uma comparação em relação à oração posterior.
- B. Constrói uma circunstância de concordância com a oração que a sucede.
- C. Estabelece uma relação de coordenação com a oração subordinada.
- D. Ajuda na compreensão da oração subordinada adverbial final.
- E. Mantém o sentido da oração principal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 - Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Ao Estado é permitido praticar atos de intervenção na propriedade privada, a fim de ajustá-la à sua função social, desde que amparado por lei.	PORQUE	II. A intervenção estatal na propriedade se fundamenta nos princípios da Supremacia do Interesse Público e da Função Social da Propriedade.
---	---------------	---

- A. A primeira proposição está correta e a segunda proposição está incorreta.
- B. A primeira proposição está incorreta e a segunda proposição está correta.
- C. As duas proposições estão corretas e a segunda é justificativa da primeira.
- D. As duas proposições estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- E. Nenhuma das proposições está correta.

17 - Assinale a única alternativa que não apresenta uma modalidade de intervenção estatal na propriedade de natureza restritiva:

- A. Desapropriação
- B. Tombamento
- C. Ocupação temporária
- D. Servidão administrativa
- E. Requisição

18 - Acerca da desapropriação, julgue os itens a seguir.

- I. A desapropriação é um procedimento administrativo através do qual o Estado transfere para si, após justa e prévia indenização, a propriedade de terceiro, em razão de interesse social ou de utilidade pública.
- II. Pode-se inferir como utilidade pública as hipóteses nas quais a função social da propriedade é realçada.
- III. A utilidade pública se configura nas situações de emergência nas quais a solução depende da desapropriação do bem.
- IV. Interesse social e utilidade pública são conceitos jurídicos indeterminados, de modo que as hipóteses de cada um serão *ex vi legis*.
- V. Pode ser objeto de desapropriação qualquer bem móvel ou imóvel que tenha valoração patrimonial.

Estão corretas:

- A. I, III, e IV.
- B. I, III e V.
- C. I, IV e V.
- D. I, II, IV e V.
- E. I, II, III, IV e V.

19 - Sobre as sanções de polícia, é incorreto afirmar:

- A. Refletem a atividade repressiva do Estado, decorrente do poder de polícia.
- B. Só podem ser aplicadas após a observância do devido processo legal.
- C. Se a infração administrativa constituir crime, o prazo prescricional para a ação punitiva será o mesmo previsto na lei penal.
- D. Sanções de polícia e medidas de polícia são sinônimos e representam as punições diretamente aplicadas aos infratores de normas administrativas.
- E. São exemplos de sanções de polícia: multa, embargo de obra, interdição de atividade, entre outros.

20 - É o “fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da Administração.” (CARVALHO FILHO, 2017). Trata-se de:

- A. Tombamento
- B. Servidão
- C. Destinação
- D. Desafetação
- E. Afetação

21 - Sobre os bens públicos, é correto afirmar:

- A. São inalienáveis.
- B. A titularidade dos bens públicos pertence às pessoas jurídicas públicas, e não aos órgãos que as compõem.
- C. Bens patrimoniais disponíveis são aqueles bens normalmente utilizados pela Administração para o desempenho normal de suas atividades e são suscetíveis de avaliação pecuniária.
- D. As terras devolutas e a dívida ativa são exemplos de bens de uso especial.
- E. As áreas de terras nas ilhas oceânicas e costeiras são bens pertencentes à União.

22 - Acerca dos consórcios públicos, é incorreto o que se afirma em:

- A. Os consórcios são constituídos mediante contratos, daí porque os participantes se encontram em posições antagônicas.
- B. É um negócio jurídico plurilateral regido pelas normas de direito público.
- C. Compreende a cooperação mútua entre os participantes.
- D. Os participantes possuem interesses comuns.
- E. Os consórcios públicos se apresentam com a forma de pessoa jurídica.

23 - Os contratos administrativos são os instrumentos pelos quais a Administração firma compromissos com terceiros. A prorrogação dos contratos é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro, mas somente em casos excepcionais previstos em lei. Nessa ótica, a única alternativa que não indica uma hipótese que autoriza a prorrogação dos contratos administrativos é:

- A. Alteração do projeto, pela Administração.
- B. Impedimento de realização por fato de terceiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

- C. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites da lei.
- D. Omissão ou atraso de providências que estavam a cargo da Administração.
- E. Atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.

24 – A respeito da concessão de serviços públicos, julgue os itens a seguir em verdadeiros ou falsos.

- () O poder concedente possui supremacia na relação jurídica formalizada através do contrato entre o poder concedente e o concessionário.
- () Por se tratar de espécie específica de contrato administrativo, nos contratos de concessão não existem as cláusulas de privilégio comuns aos demais contratos administrativos.
- () A legislação só admite a concessão de serviços públicos a pessoas jurídicas ou consórcios de empresas.
- () As concessões só podem ser realizadas pelos entes federativos, não se admitindo que autarquias figurem na condição de concedente.
- () Por se tratar de uma forma de gestão descentralizada dos serviços públicos, nas concessões o Estado deve possuir ingerência sobre a estrutura e organização das concessionárias.

A alternativa que apresenta a sequência correta é:

- A. V, F, V, V, F.
- B. V, F, V, F, F.
- C. F, V, F, V, V.
- D. V, F, V, F, V.
- E. F, F, V, V, V.

25 – Qual o prazo de prescrição para que o Estado possa exercer seu direito de regresso contra o agente público responsável pelo dano, através de ação judicial própria, na qual busca o ressarcimento pelo valor da indenização que pagou à vítima do dano?

- A. O prazo é quinquenal, a contar da data em que o Estado pagou a indenização à vítima do dano.
- B. O prazo é decenal, contado a partir do fato danoso.
- C. O prazo prescricional aplicável é o mesmo previsto na lei penal para o fato danoso.
- D. O prazo é quinquenal, contando-se a partir do evento danoso.
- E. Essas ações são imprescritíveis.

26 – São elementos que compõem o plano de validade dos contratos, segundo a teoria de Pontes de Miranda (Escada Ponteano), os apresentados nas alternativas a seguir, dentre os quais não se inclui:

- A. Agente capaz.
- B. Adequação das formas.
- C. Consentimento livre.
- D. Condição, termo ou encargo.
- E. Licitude do objeto.

27 – Com relação aos contratos de doação, julgue os itens a seguir.

- I. O contrato de doação pura e simples em benefício do absolutamente incapaz, em regra, dispensa a aceitação expressa.
- II. Nos contratos de doação com encargo, o silêncio do donatário pode resultar na aceitação tácita.
- III. O contrato de doação é simplesmente consensual, visto que não exige, para seu aperfeiçoamento, a entrega da coisa doada ao donatário, gerando apenas direitos pessoais entre o doador e o donatário.
- IV. A doação feita em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada pode ser impugnada pelos nubentes por falta de aceitação.
- V. A doação de um cônjuge a outro não importa em adiantamento de herança.

Quanto aos itens anteriores, é correto afirmar que:

- A. Apenas os itens III e V são falsos.
- B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
- C. Todos os itens são verdadeiros.
- D. Apenas os itens I e IV são falsos.
- E. Só existe um item falso.

28 – Os contratos aleatórios são aqueles em que os contratantes não podem verificar com antecedência se ocorrerá equivalência nas prestações, de modo que o contrato está relacionado a uma *alea*. Com relação aos contratos aleatórios, é incorreto afirmar:

- A. Admite-se que o objeto do contrato seja coisa futura.
- B. Nos contratos aleatórios de *emptio spei* o comprador assume o risco pela existência ou não da coisa vendida e caso esta não venha a existir sem culpa do vendedor, este terá direito ao pagamento do valor avençado.
- C. Na compra e venda de coisas já existentes, mas expostas a risco, se o adquirente comprovar que o alienante tinha conhecimento da consumação do risco a que a coisa se encontrava exposta, a alienação aleatória poderá ser anulada.
- D. Nos contratos aleatórios existe equivalência entre as prestações e contraprestações avençadas.
- E. Pode-se classificar os contratos aleatórios como bilaterais e onerosos.

29 – Em se tratando da extinção da pessoa natural, julgue os itens a seguir em CERTO (C) ou ERRADO (E):

- I. A morte presumida, em qualquer caso, não autoriza a abertura da sucessão definitiva.
- II. Em regra, a extinção da pessoa natural ocorre com a morte.
- III. A ausência se caracteriza como a situação fática em que uma pessoa desaparece de seu domicílio sem deixar qualquer notícia.
- IV. A declaração de morte presumida só é admitida em caso de ausência.
- V. Poderá ter declarada sua morte presumida a pessoa que, feita prisioneira, não for encontrada até dois anos após o término da guerra, desde que seja precedida pela decretação de ausência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

A sequência correta é:

- A. I-E, II-C, III-C, IV-E, V-E
- B. I-C, II-E, III-E, IV-C, V-C
- C. I-E, II-C, III-E, IV-E, V-E
- D. I-C, II-C, III-C, IV-E, V-E
- E. I-E, II-C, III-C, IV-C, V-C

30 – Paula e André, civilmente casados, sem descendentes ou ascendentes vivos, falecem em razão de um acidente aéreo. Joaquim, primo de Paula, e Marta, prima de André, são os únicos parentes vivos. À luz da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- A. Se não for possível à perícia determinar quem faleceu primeiro, os bens pertencentes à Paula serão transferidos para Marta e os pertencentes à André serão transferidos para Joaquim, em razão das regras de sucessão.
- B. Havendo perícia que ateste que Paula morreu antes de André, os bens comuns do casal deverão ser herdados por Joaquim.
- C. Caso fique comprovado que André faleceu primeiro que Paula, sua prima Marta deverá herdar seus bens e Joaquim herdará a meação que caberia a Paula.
- D. Tendo em vista que Marta e Joaquim não são herdeiros necessários, todos os bens do casal deverão ser integrados pelo Estado.
- E. Não havendo meios de precisar a ordem cronológica dos falecimentos dos comorientes, por força da lei haverá a presunção de que faleceram no mesmo instante, de modo que não sendo os comorientes sucessores entre si, Marta e Joaquim apenas herdarão a meação pertencente a André e Paula, respectivamente.

31- Quanto ao conteúdo, pode-se dizer que a Constituição Brasileira de 1988 é:

- A. Material
- B. Analítica
- C. Sintética
- D. Costumeira
- E. Formal

32– Com relação ao Poder Constituinte, julgue os itens a seguir.

- I. A titularidade do poder constituinte pertence ao povo.
- II. O poder constituinte originário instala uma nova ordem jurídica, rompendo com a ordem jurídica que vigorava anteriormente.
- III. O poder constituinte originário é incondicionado e soberano, não se submetendo a nenhuma regra prefixada.
- IV. O poder constituinte derivado reformador tem o poder de modificar a constituição através da adoção de um procedimento específico.
- V. A elaboração das constituições dos Estados-Membros é fruto do poder constituinte derivado decorrente.

Quanto aos itens anteriores, é correto afirmar que:

- A. Apenas os itens II e III são falsos.
- B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
- C. Todos os itens são verdadeiros.
- D. Apenas os itens I e IV são falsos.

E. Só existe um item falso.

33 – Quanto ao Poder Legislativo Municipal, não se pode afirmar:

- A. Nos Municípios que contarem com população superior a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores deverá corresponder a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- B. O número de vereadores é estabelecido proporcionalmente à população do Município, nos limites previstos no artigo 29 da Constituição Federal.
- C. O poder legislativo municipal é unicameral, posto que é exercido apenas pela Câmara de Vereadores.
- D. Os vereadores são eleitos para mandatos de 4 (quatro) anos.
- E. Os vereadores gozam de imunidade com relação às suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

34 - Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional é de competência:

- A. Privativa do Senado Federal.
- B. Exclusiva do Congresso Nacional.
- C. Exclusiva do Presidente da República.
- D. Subsidiária do Ministro das Relações Exteriores.
- E. Privativa da Câmara Federal.

35 – Com relação à Seguridade Social, é incorreto afirmar:

- A. A seguridade social tem como um de seus objetivos a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- B. Uma das formas de custeio da seguridade social provém das contribuições sociais pagas pelo empregador, empresa e entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre o lucro.
- C. As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social integram o orçamento da União.
- D. A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- E. A pessoa jurídica que estiver em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

36 – Segundo GONÇALVES (2016), “As condições [da ação] constituem matéria de ordem pública, a ser examinada de ofício pelo juiz, pois não se justifica que o processo prossiga quando se verifica que não poderá atingir o resultado almejado.” Quanto a este tema, é incorreto afirmar:

- A. Quando verificada a ausência de uma das condições da ação o julgador extinguirá o processo sem resolução do mérito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

- B. A extinção de ofício do processo sem resolução de mérito em virtude da falta de uma das condições da ação poderá ocorrer a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, por se tratar de matéria de ordem pública.
- C. Constituem condições da ação a legitimidade *ad causam* e o interesse de agir.
- D. A legitimidade *ad causam* estabelece que as pessoas só possuem legitimidade para postular em juízo, em nome próprio, na condição de partes, os direitos que alegam ser próprios, não se admitindo a postulação de direitos alheios, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- E. O interesse de agir é consubstanciado no binômio: necessidade e adequação.

37 – No tocante aos conflitos de competência, julgue os itens a seguir.

- I. O conflito poderá ser suscitado pelas partes (exceto por aquela que, no processo, arguiu a incompetência relativa), pelo Ministério Público ou pelo juiz.
- II. É obrigatória a intervenção do Ministério Público em todos os conflitos que não foram por ele suscitados.
- III. É um incidente processual.
- IV. O relator poderá julgar de plano o conflito de competência quando sua decisão se fundar em tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência.
- V. O ofício e a petição que suscitar o conflito deverá ser instruído com os documentos necessários à prova do conflito.

É correto o que se afirma em:

- A. I, IV e V.
- B. II, III e IV.
- C. I, II, III e V.
- D. I, III, IV e V.
- E. I, II, III, IV e V.

38 – No tocante ao procedimento de execução contra a Fazenda Pública, pode-se afirmar que:

- A. É necessária a instauração de processo de execução em face da Fazenda Pública tanto para títulos judiciais quanto para títulos extrajudiciais.
- B. No processo de execução contra a Fazenda Pública, o despacho inicial determinará a citação da Fazenda para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, ou opor embargos.
- C. Tendo em vista permissão expressa contida no Novo CPC, a Fazenda Pública poderá ser citada por correios nos processos de execução em seu desfavor.
- D. Caso a Fazenda não oponha embargos, expedir-se-á RPV ou precatório em favor do exequente, não se procedendo a penhora.
- E. No embargos à execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda só poderá alegar a nulidade do título ou a inexistência do crédito.

39 – São elementos que deverão constar obrigatoriamente na Certidão de Dívida Ativa (CDA), sob pena de nulidade, EXCETO:

- A. A data e o número da inscrição no Registro de Dívida Ativa.
- B. O nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros.
- C. O nome e a matrícula do agente fiscal que autuou a infração.
- D. A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.
- E. O número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

40 – Quanto à petição inicial da Execução Fiscal, é incorreto afirmar:

- A. A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa não poderão constituir um único documento, devendo haver a indicação de que a CDA segue em anexo.
- B. O valor da causa indicado na petição inicial será correspondente ao valor da dívida indicado na CDA, acrescido dos encargos legais.
- C. A petição inicial deverá ser instruída com a Certidão de Dívida Ativa.
- D. A produção de provas pela Fazenda independe de requerimento na petição inicial.
- E. A petição inicial indicará apenas: o juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para citação.

